



Plenário exalta conduta ética e legado político de Itamar

Ex-presidente, morto sábado passado em São Paulo, foi homenageado com dezenas de discursos no Senado. Atuações na área econômica, com o Plano Real, e na transição para a democracia foram as mais destacadas

Vladimir Pichonov/ABR



Senadores Magno Malta (E) e José Sarney, o governador mineiro Antonio Anastasia, os ex-presidentes Collor (*encoberto*) e Lula, o vice Michel Temer e o ministro de Ciência e Tecnologia, Aloizio Mercadante, durante velório de Itamar Franco em Juiz de Fora

José Cruz/Senado Federal



★ 1930 † 2011

A contribuição decisiva para a estabilidade econômica e a transição política democrática, aliada às suas qualidades de

homem público, como honradez, seriedade e dedicação, foram realçadas pelos senadores ontem, em Plenário, durante sessão em

homenagem ao senador Itamar Franco, que morreu sábado. A vaga deverá ser assumida pelo empresário Zezé Perrella, 1º suplente. **4 a 6**

Dilma, Sarney, Collor, Lula e FHC dizem adeus **3**

Rica biografia inclui Diretas Já e o Plano Real **3**

Um senador atento aos detalhes da lei **6**

Brasília recebe fórum legislativo das cidades-sede da Copa do Mundo **7**

Polêmica, lei que reduz casos de prisão preventiva entra em vigor **7**

CAE pode analisar fusão entre gigantes do varejo

Senador Ricardo Ferraço quer que a CAE convoque o presidente do BNDES, Luciano Coutinho, para explicar a participação do banco na anunciada fusão dos grupos Pão de Açúcar e Carrefour. **2**

especial
Cidadania

Investigações de CPI podem estimular modernização do direito autoral no país

A busca de um sistema mais eficiente de coleta e divisão dos direitos autorais no país pode ganhar novo fôlego com o início dos trabalhos, hoje, no Senado, da comissão

parlamentar de inquérito (CPI) que vai investigar a atuação do Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (Ecad). Conheça como funciona a legislação atual. **8**

PSDB quer convocar ministro dos Transportes

O líder do PSDB, Alvaro Dias, anunciou que seu partido pretende convocar Alfredo Nascimento para falar sobre denúncias de corrupção na pasta. Luiz Antônio Pagot, diretor-geral do Dnit, deverá ser convidado. **7**

Senador pede que CAE convide Luciano Coutinho a explicar a natureza e as condições da participação do banco no processo de fusão dos grupos Pão de Açúcar e Carrefour

Ferraço quer que presidente do BNDES fale sobre fusão

RICARDO FERRAÇO (PMDB-ES) APRESENTOU à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) requerimento para que o presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Luciano Coutinho, seja convidado a explicar ao colegiado a natureza e as condições da participação do banco no processo de fusão dos grupos Pão de Açúcar e Carrefour.



Ferraço lembra crescente dependência do BNDES a recursos orçamentários

O requerimento foi apresentado na última quarta-feira, mas como ainda não foi lido na comissão, não deve ser votado esta semana. No documento, o senador cita o valor da participação do BNDES no negócio, R\$ 4 bilhões, e diz que é preciso considerar que o dinheiro utilizado pelo banco vem, entre

porque as iniciativas de aporte de recursos por medidas provisórias indicam "uma condição crescente da dependência do BNDES dos recursos orçamentários da União". Ele se referia à aprovação, na última quarta-feira, do Projeto de Lei de Conversão (PLV) 16/11, decorrente da MP 526/11, que aumenta a capacidade de financiamento do banco.

O líder do PSDB, Alvaro Dias (PR), informou que apresentaria à CAE requerimento para a realização de audiência pública. Seriam ouvidos, além de Coutinho, o presidente do Conselho de Administração do Pão de Açúcar, Abilio Diniz, e um representante do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).

outras fontes, do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), de dotações orçamentárias e de recursos captados no exterior.

Ferraço considera o esclarecimento importante também

Aviação e energia limpa em debate em Teresina

A aviação regional e as fontes renováveis de energia foram debatidas ontem, em Teresina, na Subcomissão de Desenvolvimento do Nordeste, vinculada à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR).

Presidida pelo senador Wellington Dias (PT-PI), a subcomissão pretende realizar audiências públicas em todos os estados nordestinos com o objetivo de debater temas importantes para a região. O Piauí é o terceiro estado a receber a subcomissão – já foram visitados Alagoas e Paraíba.

– O Nordeste é que tem que dizer o que é bom para o Nordeste. Temos de ter um papel estratégico no Brasil. Queremos apresentar um conjunto de propostas norteadoras de um projeto único para a região – explica Wellington Dias.

CDH adia audiência sobre pessoal diplomático

Após um minuto de silêncio em homenagem ao senador Itamar Franco, o presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), Paulo Paim (PT-RS), suspendeu a audiência pública programada para ocorrer ontem.

O debate seria para discutir a situação de funcionários do Ministério das Relações Exteriores lotados em consulados brasileiros e representações diplomáticas. O parlamentar decidiu então fazer uma reunião de trabalho para informar a todos sobre a situação dos funcionários nas embaixadas.

Paim lembrou que Itamar "sempre foi muito firme na defesa do povo brasileiro, na sua visão nacionalista, e sempre foi um guerreiro no combate à corrupção e um defensor da ética com muita convicção".

Campanha do Agasalho será encerrada hoje

A solenidade de encerramento da primeira Campanha do Agasalho da Comunidade Senador Solidário acontece hoje, às 11h, no Memorial da Gráfica, como também é conhecida a Secretaria Especial de Edição e Publicações (Seep).

A diretora-geral, Doris Peixoto, e representantes dos setores que participaram da campanha farão um balanço das doações e entregarão os casacos e as roupas arrecadados para os voluntários que irão distribuir o material a entidades carentes

selecionadas. A campanha, realizada durante o mês de junho, foi desenvolvida pela Diretoria-Geral do Senado, em parceria com ILB, Seep, Interlegis, Cotran, Sams, Secs, Sindilegis, Prodasen e gabinetes parlamentares.



Ana Volpe/Senado Federal

Os três representantes do Ceará no Senado participaram ontem à noite da segunda edição do programa *Assunto de Estado*, transmitido ao vivo pela TV Senado. Telespectadores puderam participar com perguntas pelo Twitter, telefone ou internet. Os senadores Eunício Oliveira (PMDB), Inácio

Arruda (PCdoB) e José Pimentel (PT) debateram questões ligadas ao desenvolvimento e à qualidade de vida no estado, terceira maior economia do Nordeste. A transposição de águas do rio São Francisco, modernização do sistema de saúde pública, turismo, transporte e exportação de flores

e frutas foram alguns dos temas tratados no programa, conduzido pelos jornalistas Armando Rollemberg e Antônia Márcia Vale. O debate teve transmissão simultânea pela Rádio Senado. O programa pode ser visto pelo site da TV Senado, no endereço www.senado.gov.br/tv.

Correção

A edição de ontem do *Jornal do Senado*, na Agenda, página 2, afirmou equivocadamente que a Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira votaria hoje a extinção da Subcomissão da Amazônia. O jornal errou ao confundir a agenda da Sub-

comissão Permanente com o requerimento de criação do colegiado, que substituiu em 2009 a Subcomissão da Amazônia, extinta no mesmo ato. Na reunião de hoje, às 9h, a Subcomissão Permanente discute relatório sobre fronteiras e segurança nacional.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário Licitações para a Copa

11h Os senadores reúnem-se em sessão especial para comemorar o Dia da Independência da Bahia. A Medida Provisória 527/11, que estabelece regras para licitações de obras da Copa e das Olimpíadas, tranca a pauta.

Presidência Bancada do PMDB e ministro do Esporte

14h30 O senador José Sarney participa de reunião – com a presença do ministro do Esporte, Orlando Silva – da bancada do PMDB. Às 16h, preside a ordem do dia.

CMA/CRA Código Florestal e SBPC

8h30 As comissões de Meio Ambiente e de Agricultura e Reforma Agrária realizam audiência pública conjunta para debater o aperfeiçoamento do Código Florestal. Entre os convidados, a presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, Helena Bonciani Nader.

Fronteira Relatório de ciclo de debates

9h Reunião administrativa da Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira para discussão do relatório sobre o tema do primeiro ciclo de debates Fronteiras e segurança nacional.

Copa Instalação de subcomissão

9h Instalação da Subcomissão Temporária da Copa do Mundo de 2014 e dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016, vinculada à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo. Na mesma reunião, o colegiado elege o presidente e o vice-presidente para o biênio 2011/2012.

Subcomissão Administração de fábricas

9h Audiência pública da Subcomissão Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência para analisar a situação das fábricas administradas por trabalhadores. O secretário Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego, Paul Singer, é um dos convidados.

CAE Presidente do Banco Central

9h30 O presidente do Banco Central, Alexandre Tombini, fala à Comissão de Assuntos Econômicos sobre a política monetária. Às 11h30, a comissão sabatina Márcio Fortes, indicado para exercer o cargo de presidente da Autoridade Pública Olímpica (APO). Ainda na pauta, mensagem que autoriza operação de crédito externo entre o município de Paranaguá (PR) e o BID, para o financiamento do Programa Integrado de Desenvolvimento Social e Urbano de Paranaguá.

Segurança Comissão temporária escolhe dirigentes

10h Instalação da Comissão Temporária da Política Nacional de Segurança Pública e eleição do presidente e vice-presidente.

CE Profissão de historiador

11h A Comissão de Educação, Cultura e Esporte deve votar o projeto que regulamenta o exercício da profissão de historiador e o que estabelece prazo de validade para o exame da primeira fase da Ordem dos Advogados do Brasil.

CPI do Ecad Definição do plano de trabalho

14h A Comissão Parlamentar de Inquérito do Ecad reúne-se para apreciação do plano de trabalho.

Drogas Debate com as centrais sindicais

14h Audiência pública da Subcomissão Temporária de Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Álcool, Crack e Outros com as centrais sindicais.

Subcomissão Investimentos no sistema tributário

14h O secretário-adjunto de Políticas Microeconômicas da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Pablo Pereira dos Santos, entre outros convidados, comparece à Subcomissão Permanente de Avaliação do Sistema Tributário Nacional para debater investimentos no sistema brasileiro.

CMO Votação de relatórios

14h30 A Comissão Mista de Orçamento se reúne para apresentação, discussão e votação de relatórios, no Plenário 2 da Câmara.

Reforma Comissão analisa projeto

18h30 A Subcomissão Temporária de Reforma Administrativa analisa projeto que altera o Regulamento Administrativo do Senado.

SESSÕES ON-LINE: Confira a íntegra das sessões
Plenário: www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao
Comissões: www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao

Dilma Rousseff, ex-presidentes, ministros e governadores comparecem a velórios na cidade da família do ex-senador, Juiz de Fora, e na capital mineira

Senadores vão a Minas dizer adeus a Itamar

O PRESIDENTE DO Senado, José Sarney, e outros 12 senadores se despediram do ex-presidente da República e senador Itamar Franco no domingo, durante velório realizado em Juiz de Fora (MG). O corpo foi levado ontem para Belo Horizonte, para um segundo velório no Palácio da Liberdade, sede do governo do estado, antes de ser cremado, atendendo a um desejo do próprio Itamar.

Itamar Franco morreu sábado, em São Paulo, aos 81 anos, vítima de um acidente vascular cerebral (AVC) na UTI do Hospital Albert Einstein, onde estava sendo tratado de pneumonia decorrente de uma leucemia aguda.

No velório, como último gesto de homenagem, o presidente do Senado, José Sarney, colocou um *bottom* de senador, que tem as cores da bandeira do Brasil, na lapela do amigo.

– O Itamar tinha muito amor ao Senado. Desde a primeira vez que foi senador, no segundo mandato e agora no terceiro. Era um homem sempre presente nas atividades – disse Sarney, também ex-presidente da República.

O senador Fernando Collor (PTB-AL), a quem Itamar Franco sucedeu na Presidência da República, citou como feito do político o lançamento do Plano Real.

– Itamar foi um presidente que marcou a vida política, econômica e social do Brasil quando lançou o Plano Real, que foi a redenção da população à questão inflacionária, que penalizava os trabalhadores e as classes menos favorecidas. Essa é uma marca do Itamar – avaliou.

O líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), afirmou que Itamar será sempre lembrado por sua forma de fazer política.

– O legado é de trabalho, de construção política com seriedade, e de uma forma de fazer política muito contundente e de verdade. É um político que vai deixar muita saudade e um espaço na política – disse.

O líder do PMDB, Renan Calheiros (AL), também destacou o estilo próprio de fazer política.

– Exemplo de credibilidade, honradez, foi um político com estilo próprio, um grande presidente e estabilizou a



Ao redor do caixão, Magno Malta (E), Clésio Andrade, José Serra, Aécio Neves, Fernando Henrique Cardoso, Dilma Rousseff, Gleisi Hoffmann, Antonio Anastasia e Geraldo Alckmin: políticos e autoridades de todos os partidos foram a Belo Horizonte dar o último adeus ao ex-presidente da República

economia que trouxe esses avanços – apontou.

Para o presidente do DEM, senador José Agripino (RN), Itamar entendia política como a “arte de fazer o bem coletivo”.

– Ele era um homem de coragem cívica, teve posições fortes contestadas, mas sempre dentro do espírito público – assinalou.

Ana Amélia (PP-RS) disse que o país perdeu um grande político.

– Era isso sempre, um jovem que dava lições de vida, honestidade, integridade e compromisso com a ética. É um vazio que não será preenchido – salientou.

Jorge Viana (PT-AC) disse que Itamar se destacou na oposição ao governo.

– Fazendo uma oposição firme, dura, às vezes, mas de um jeito que só quem viveu muito e com a experiência que tinha podia fazer. É uma perda enorme para o Brasil. Se ele tinha uma paixão, era o povo brasileiro e era o Brasil – disse.

Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), lembrou que Itamar não faltou ao país num momento crucial da história brasileira, na transição democrática.

Caixão é recebido com pétalas de rosas no Palácio da Liberdade

Sob uma chuva de pétalas de rosas brancas, o corpo de Itamar Franco chegou ontem ao Palácio da Liberdade, em Belo Horizonte. Dragões da Inconfidência retiraram o caixão do carro do Corpo de Bombeiros, a fim de transportá-lo ao longo do tapete vermelho estendido à frente do palácio.

O governador de Minas, Antonio Anastasia, o prefeito de Belo Horizonte, Marcio Lacerda, e os senadores Aécio Neves (PSDB-MG), Clésio Andrade (PR-MG) e Magno Malta (PR-ES) e familiares de Itamar Franco receberam o caixão.

A presidente Dilma Rousseff acompanhou o velório ao lado do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, ministro da Fazenda de Itamar quando foi lançado o Plano Real, em 1994.

Os ministros Antonio Patriota (Relações Exteriores), Fernando Pimentel (Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior) e Gleisi Hoffmann (Casa Civil) também compareceram ao velório, assim como o governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, entre outras autoridades.

A cerimônia de cremação, restrita aos familiares, ocorreu em Contagem (MG).

Das Diretas Já à Constituinte e ao Plano Real

O ex-presidente Itamar Franco destacou-se como defensor da campanha das Diretas Já, em 1984, em apoio à emenda do deputado Dante de Oliveira, e participou ativamente dos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte, iniciados em fevereiro de 1987. Foi, no entanto, como presidente da República (1992-1994), que realizou seu maior feito: lançou o Plano Real, considerado o mais amplo e bem sucedido programa econômico já realizado no país, pondo fim à hiperinflação e estabilizando a economia.

Contando com a contribuição de vários economistas, reunidos pelo então ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso, Itamar determinou que o programa para lançar a nova moeda fosse elaborado de maneira irrestrita e na máxima extensão necessária ao seu êxito. Esse fato tornou o então ministro da Fazenda o homem mais forte e poderoso de seu governo, fazendo de Fernando Henrique um candidato natural à sua sucessão. Eleito para dois mandatos consecutivos, Fernando Henrique deu continuidade à implementação do Plano Real – dividido em três etapas, sendo as duas primeiras implantadas enquanto FHC era ministro.

Durante a Constituinte, Itamar defendeu o rompimento das relações do Brasil com países que desenvolvessem política de discriminação racial, o estabelecimento do mandato de segurança coletivo, a remuneração de 50% a mais para o trabalho extraordinário e a jornada semanal de 40 horas, entre outras propostas.

Manifestou-se contra a pena de morte, o presidencialismo e o aumento do mandato presidencial para cinco anos.

Nascido em 28 de junho de 1930 a bordo de um navio no oceano Atlântico, que navegava entre o Rio de Janeiro e Salvador, Itamar fez sua carreira política em Minas Gerais, e exerceu o cargo de senador entre 1975 e 1983; 1983 e

1990, tendo sido novamente eleito para o período de 2011 a 2019.

Foi o 33º presidente da República, cargo assumido após o *impeachment* de Fernando Collor, de quem era vice-presidente (1990-1992). Foi também prefeito de Juiz de Fora (1967-1970 e 1973-1974) e governador de Minas Gerais (1999-2003).



29 de dezembro de 1992: Congresso Nacional empossa Itamar Franco na Presidência da República em sessão presidida pelo senador Mauro Benevides

Presidente de CPI sobre política nuclear em pleno regime militar

No primeiro mandato no Senado, Itamar Franco notabilizou-se por ter orquestrado o debate público sobre tema novo na agenda nacional à época: a política nuclear.

Logo após assumir o cargo, ele já criticava a falta de transparência do programa nuclear brasileiro, estruturado no acordo nuclear que o governo do general Ernesto Geisel fechara com a Alemanha. Em 1978, assumiu a presidência da histórica CPI que investigou o acordo, trazendo ao cenário político tema considerado estratégico pelo regime militar e até então conduzido sob amplo sigilo.

A CPI só foi instalada após sequência de notícias sobre irregularidades na execução do orçamento e erros na própria concepção do programa nuclear. Em plena ditadura, o presidente da CPI assumia os riscos de cobrar com veemência respostas aos pedidos de informações a órgãos e autoridades, nem sempre atendidos.

Os resultados das investigações não foram totalmente satisfatórios, mas a CPI funcionou como reforço à luta mais ampla pela redemocratização e mostrou a disposição da Casa para debater temas de grande interesse para o país.



Alvaro Dias: enorme prejuízo

“Uma enorme perda para a instituição”

Alvaro Dias (PSDB-PR) afirmou que, num momento em que dignidade, decência e ética são “produtos em falta nas prateleiras da política nacional”, a morte do senador e ex-presidente Itamar Franco é um “enorme prejuízo”.

– Uma perda enorme para a instituição e, sobretudo, para a oposição – disse o parlamentar.

Alvaro enalteceu o talento, a competência e a experiência política de Itamar, que mostravam sua “grande utilidade nesta tarefa inglória da instituição pela recuperação da sua credibilidade”.

O senador também destacou a capacidade de indignação e de inconformismo de Itamar. Ele afirmou que Itamar foi fundamental para que Fernando Henrique Cardoso pudesse formar uma equipe de economistas competentes e elaborar e executar um plano de recuperação econômica para o país.



Pedro Simon cobra biografia exata

Exemplo de decência e de correção

Pedro Simon (PMDB-RS) disse esperar que a imprensa, “que foi tão apaixonada por alguns”, faça justiça e escreva a biografia exata de quem foi o ex-presidente da República e senador Itamar Franco.

– Eu nunca vi uma pessoa que nem o Itamar. Na minha vida pública e na minha vida de professor universitário, quarenta e tantos anos, eu não conheci um político no Brasil com a seriedade, com a dignidade, com a correção, com a decência do Itamar Franco. Ele parecia que estava iniciando uma movimentação para dar vida a esta Casa.

Simon lembrou que o então presidente Itamar Franco conseguiu maioria no Congresso Nacional para aprovar o Plano Real sem dar nenhum cargo no governo. Ele assinalou que o PT foi contra, por acreditar que o sucesso do Plano Real inviabilizava a perspectiva do partido de ganhar a eleição.



Paim: “o maior líder da oposição”

Paim lembra atuação na Constituinte

Paulo Paim (PT-RS) destacou que Itamar era “o maior líder da oposição” no Senado, respeitado por colegas nos dois campos políticos. Paim recordou ainda que Itamar foi disputado por diversos partidos em 1989 para compor a chapa como vice na disputa à Presidência da República.

– Todos queriam Itamar como seu vice e ele, na sua sabedoria e apontando para o futuro, fez a sua opção, que muitos estranharam, e acabou sendo presidente – disse.

Para demonstrar a preocupação de Itamar com os problemas sociais e com as liberdades democráticas, Paim mencionou as bandeiras defendidas por ele na Assembleia Constituinte. O senador recordou que, na época, Itamar votou a favor do rompimento do Brasil com países que praticavam o racismo, tendo viajado à África do Sul em sua companhia para defender a libertação do líder negro Nelson Mandela.

Senadores prestam homenagem e exaltam virtudes

A sessão plenária de ontem foi inteiramente dedicada a discursos em homenagem ao senador e ex-presidente Itamar Franco, morto no sábado, em São Paulo, vítima de um acidente vascular cerebral, enquanto se recuperava de uma pneumonia. Itamar se tratava de uma leucemia diagnosticada este ano. O requerimento para que a sessão ordinária fosse “levantada” foi apresentado pelo presidente da Casa, José Sarney. Foi lido ainda em Plenário requerimento do senador Fernando Collor (PTB-AL) para realização de uma sessão especial em homenagem a Itamar, em 10 de agosto. Dezenas de senadores falaram sobre a trajetória política, as virtudes pessoais e a importância da passagem de Itamar pela Presidência.



Itamar, com Sarney, em uma de suas últimas participações

Acir Gurgacz cita legado de “honestidade e dignidade”

Acir Gurgacz (RO), como líder do PDT, lamentou a morte de Itamar Franco e disse que o Brasil perdeu um grande estadista; Minas Gerais, um dos seus filhos mais ilustres; e o Senado, uma liderança.

Gurgacz lembrou o papel de Itamar na redemocratização do país, na Assembleia Nacional Constituinte e na atual legislatura, com participação nas discussões sobre a reforma política. Para o senador, Itamar deixa um legado de honestidade, dignidade, resistência democrática, coerência política e



Gurgacz: trajetória inspiradora

princípios.

– Todos nós vamos sentir muito sua falta. Que sua trajetória política e humana sirva de inspiração para todos – finalizou.

Taques viu atuação de um “servidor público decente”

Pedro Taques (PDT-MT) considerou Itamar um exemplo de “servidor público decente”, que cumpriu muito bem sua função. Ele disse que essa conduta é exceção no Brasil de hoje.

– Durante esse tempo que aqui ficou, exerceu sua atribuição com independência – disse o senador.

Taques também lembrou a atuação de Itamar em defesa da restauração do Legislativo, que, em sua avaliação, estava submetido aos outros Poderes da República.

– Aqui ele pregou o “não”



Taques: atuação independente

ao relativismo ético – disse o senador, que lembrou ter recebido de Itamar livro do advogado Modesto Carvalhosa intitulado *O livro negro da corrupção*.

Moka sugere aprovar novo rito das MPs como homenagem

Na opinião de Waldemir Moka (PMDB-MS), o Senado prestaria uma grande homenagem a Itamar se aprovasse a proposta que modifica o rito de tramitação das medidas provisórias no Congresso (PEC 11/11), defendida pelo ex-presidente no início deste seu segundo mandato.

– Está em nossas mãos a mudança imediata no rito. Essa Casa prestaria uma grande homenagem se, rapidamente, pudéssemos devolver o valor que o Senado precisa ter para o país – disse Moka.

Segundo ele, Itamar sa-



Moka: homenagem póstuma

lientou diversas vezes que o Senado agia com desleixo ao discutir temas relevantes para o país em apenas um dia ou dois, horas antes de as MPs expirarem.

Rolleberg valoriza herança da estabilidade monetária

Rodrigo Rolleberg (PSB-DF) destacou o “papel extraordinário” desempenhado por Itamar na transição democrática, na década de 1990, quando assumiu a Presidência após o *impeachment* de Fernando Collor. Para o senador, não fosse a atuação acertada de Itamar à época, não teria sido possível o governo subsequente de Fernando Henrique Cardoso e até mesmo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

– Itamar foi fundamental para garantir a transição democrática em nosso país – disse o senador, que citou



Rolleberg: papel fundamental

importantes contribuições de Itamar, como estabilidade monetária e implantação de medicamentos genéricos e do primeiro programa de combate à fome no país.

João Pedro lembra posição ao lado das forças progressistas

João Pedro (PT-AM) destacou dois momentos da carreira de Itamar: sua atuação na elaboração da Constituição de 1988 e seu papel na implementação do Plano Real.

Ele lembrou que Itamar se posicionou ao lado das forças progressistas, durante a definição, na Assembleia Nacional Constituinte, dos conceitos a serem utilizados na questão da reforma agrária.

João Pedro mencionou o Plano Real como outro destaque na vida pública de Itamar.

– Se alguém fizer um exame de DNA do Plano Real, verá



João Pedro: “Ele é o pai do Real”

que ele é o pai – disse o senador, acrescentando que as divergências ideológicas que tinha com o ex-presidente “fazem parte da essência da democracia”.

Para Lídice, impessoalidade no poder foi traço marcante

Lídice da Mata (PSB-BA) disse que foi uma honra conviver com Itamar Franco no Senado e destacou que as convicções dele eram baseadas na impessoalidade no exercício do poder e na soberania nacional.

A senadora lembrou que, em 1992, quando foi candidata da oposição à prefeitura de Salvador, Itamar era presidente da República. Segundo ela, Itamar garantiu que agiria de forma republicana com qualquer candidato que fosse eleito para prefeito, independentemente de ser situação ou



Lídice: isenção até nas eleições

oposição. – A atuação de Itamar, de forma isenta, foi fundamental para garantir a minha vitória – declarou a senadora.

Em homenagem e de Itamar Franco



Waldemir Barreto/Senado Federal

Em sessão no Plenário: "Tínhamos uma intimidade que nem a política podia afastar", disse Sarney

Perdi um grande amigo, afirma Sarney

A morte de Itamar Franco, segundo o presidente do Senado, José Sarney, foi uma perda pessoal. Além de destacar a participação de Itamar em momentos marcantes das últimas décadas da vida nacional, Sarney disse que o ex-presidente era também um grande amigo, desde 1974.

Sobre seu relacionamento com Itamar, de quem divergiu politicamente em vários momentos históricos, Sarney afirmou que ambos tinham uma intimidade "que nem a política pode afastar".

– Itamar foi um grande homem público que, além de político de projeção nacional, se tornou uma lenda para Minas Gerais. Homem correto, austero, de muita simplicidade, dedicou toda a sua vida ao Brasil. Fui testemunha nos últimos dias de sua dedicação às pautas nacionais – disse.

Sarney comentou a trajetória de Itamar, que foi prefeito, governador, senador e presidente, com destaque para o papel exercido na transição política e na implantação do Plano Real, "garantindo as estabilidades política e econômica".



Valadares: "um dos maiores"

Antonio Carlos Valadares ressalta coragem e ideais

Emocionado, o senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), ao requerer a homenagem ao ex-presidente e senador Itamar Franco, disse que cumpria a missão "muito dolorosa" de reverenciar a memória de "um dos maiores políticos da história contemporânea do Brasil".

Valadares ressaltou que Itamar manteve a tradição dos homens públicos de Minas Gerais, identificados com os ideais da liberdade, da democracia e da ética. Ele o comparou a Milton Campos, Juscelino Kubitschek, Tancredo Neves e Pedro Aleixo.

– Na esteira desses exemplos edificantes dos homens públicos de Minas, Itamar Franco exerceu seus cargos com a maior dignidade – afirmou.

O senador lembrou que, após longa carreira política, Itamar assumiu a Presidência da República em momento delicado para o país, mas enfrentou as dificuldades com sua personalidade firme e corajosa.



Ana Amélia: muitas qualidades

Ana Amélia: ousadia e compromisso

Ousadia, coragem, eterna simplicidade e comprometimento com o interesse nacional caracterizavam Itamar Franco, de acordo com a senadora Ana Amélia (PP-RS). Ela destacou o papel de Itamar ao assumir a Presidência, em 1992, quando chefiou um país com instituições democráticas desacreditadas e economia em turbulência. Demonstrou isenção e independência quando, sem partido, formou um governo de coalizão e obteve sucesso, disse.

– Ele garantiu o fortalecimento das instituições democráticas, aliou conhecimento técnico a habilidade política, venceu a inflação e abriu caminho para um novo Brasil.

Ana Amélia também citou o jornal *O Estado de S. Paulo*, segundo o qual "nenhum outro presidente brasileiro fez tanto, em tão pouco tempo, em condições políticas e econômicas tão difíceis e sem violar a única regra democrática".

Wilson Santiago exalta honradez e espírito público

Segundo Wilson Santiago (PMDB-PB), Itamar Franco brilhou a história brasileira e sempre cumpriu seus mandatos com muito respeito ao povo.

– Teve sua vida ligada à política de forma exemplar. Homem incorruptível, sempre trabalhou para o Brasil e os brasileiros – disse.

Santiago afirmou que, tendo sido presidente da República, Itamar poderia se aposentar como um homem de grandes feitos, mas sua honradez e seu espírito público o fizeram continuar contribuindo para o país no



Santiago lembra combate à inflação

Senado. Também lembrou o papel de Itamar no combate à inflação, com o Plano Real, e sua "firmeza, altivez e dignidade" na defesa de suas ideias.

Jarbas acredita que lacuna não poderá ser preenchida

Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) disse que a morte de Itamar deixará um espaço no Senado impossível de ser ocupado e fará muita falta à oposição. Para ele, Itamar foi exemplo de como deve se comportar um integrante da bancada de oposição.

– Atuou aqui nesta Casa como um guerreiro incansável, um parlamentar que não escondia de ninguém a tristeza de ver um Legislativo rebaixado, absolutamente submisso aos desejos e aos interesses do Executivo. Mesmo quando era aliado, Itamar não abria mão



Jarbas: firme em suas convicções

de suas convicções, não se submetia ao canto fácil da sereia governista. Se discordava de algo, tornava logo públicas suas críticas e questionamentos – lembrou.

Com Itamar, Brasil recuperou a autoestima, avalia Cristovam

Itamar Franco, depois de assumir a Presidência, ajudou os brasileiros a recuperarem a autoestima, afirmou o senador Cristovam Buarque (PDT-DF).

– Ele deixou a marca do presidente que pegou o Brasil lá embaixo, depois de termos feito o *impeachment*, e, pelo seu comportamento durante dois anos e meio, trouxe a nossa autoestima de volta.

Para Cristovam, Itamar era um político que tinha valores, ideias e atitudes, "qualidades difíceis de encontrar na mesma pessoa". Além



Cristovam: campanha nacional

disso, Itamar era ético, nacionalista, honesto e íntegro. Foi ele, completou, quem, ao lado do sociólogo Betinho, lançou uma campanha nacional contra a pobreza.

Garibaldi recorda admiração de seu irmão por ex-presidente

Garibaldi Alves (PMDB-RN) citou seu irmão, Aluizio Alves – ministro da Integração Regional no governo Itamar –, que referia-se ao ex-presidente da República como "um dos maiores brasileiros". O senador manifestou a esperança de que outros políticos como Itamar Franco surjam no país.

– O Brasil é forte. Caminha para ser um dos maiores países deste planeta – afirmou o senador, acrescentando que isso se dará porque "tem e terá homens como Itamar Franco".

Garibaldi Alves explicou



Garibaldi: Itamar como modelo

que, por estar emocionado, diria poucas palavras e expressou sua certeza de que Itamar Franco e Aluizio Alves "se encontrarão, onde estiverem".

Geovani aponta serenidade de um grande estadista

Geovani Borges (PMDB-AP) disse que Itamar vai deixar saudade e destacou a forma como ele demonstrava seu pensamento. Lembrou o zelo do ex-presidente pelo Regimento Interno e pela defesa do Senado.

– Convivi pouco tempo com Itamar, mas pude conhecer em suas ações a serenidade de um grande estadista – afirmou.

Geovani lembrou a trajetória política de Itamar e disse que ele foi um dos protagonistas da história brasileira nos últimos anos. O senador lembrou que Ita-



Geovani: exemplo de ética

mar morreu um dia depois do 17º aniversário do Plano Real, lançado por ele.

– Itamar era um exemplo de vida, de dedicação e de ética – concluiu.

Exemplo de "responsabilidade com a coisa pública", diz Ataídes

O senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) homenageou Itamar Franco como um exemplo de homem sério, íntegro, leal e responsável com a coisa pública.

O senador lembrou que, pouco depois de discursar pela primeira vez no Senado, em 3 de maio deste ano, foi questionado por Itamar sobre quais cargos públicos já havia ocupado.

– E eu lhe disse que, até então, nunca havia exercido nenhum cargo.

Segundo o senador, depois disso, Itamar o convidou para sentar a seu lado



Ataídes Oliveira: "homem sério"

no Plenário. – Essa receptividade a um principiante marcou a minha vida e vai marcar para o resto de toda ela – declarou.

Discursos feitos este ano pelo senador mostram preocupação com medidas provisórias, salário mínimo, idosos, energia nuclear e recursos públicos

Itamar, um senador atento aos detalhes da legislação

DEMOCRÁTICO, LEGALISTA E atento a detalhes. É o que se conclui sobre a personalidade do senador Itamar Franco (PPS-MG), falecido no sábado, pelos seus discursos nesta legislatura.

Em um de seus primeiros pronunciamentos, o ex-presidente da República afirmou que falta democracia ao Regimento Interno do Senado, e que a Casa tem "marechais de ferro" (dirigentes dos partidos mais fortes) que decidem sozinhos as regras. Único representante do PPS no Senado, disse que era impedido até de integrar comissões permanentes e que não era consultado para fechar os acordos de líderes.

Sobre a medida provisória que deu à presidente Dilma Rousseff a prerrogativa de autorizar o reajuste do salário mínimo por decreto até 2014, declarou que sua aprovação "violou a Constituição e o Estado de Direito".

Em abril, Itamar denunciou que o Diário Oficial da União estava publicando MPs sem as respectivas exposições de motivos e pediu que o Congresso devolvesse as medidas ao Executivo, pois os parlamentares "não poderiam fazer emendas a uma MP no curtíssimo prazo de seis dias, sem saber oficialmente as justificativas e objetivos que levaram à sua edição".

Sua última mensagem foi enviada ao Senado por meio de Aécio Neves (PSDB-MG), que o visitou no hospital em 25 de maio. Nela, Itamar pedia que, em sua ausência, os senadores zelassem pelo cumprimento do Regimento Interno.

Itamar várias vezes defendeu seu governo e os de outros presidentes. Quando o ministro da Fazenda, Guido Mantega, disse que o ex-presidente Lula não deu continuidade à política econômica do governo de Fernando Henrique Cardoso, Itamar afirmou que não era possível ficar calado diante dessa afirmação. "Cada um de nós fez o que era



Lin de Paula/Senado Federal

Itamar: protestos veementes, zelo com a legalidade e atenção a detalhes

possível à sua época", garantiu.

O ex-presidente também criticou reportagem da *Folha de São Paulo* segundo a qual o Ministério da Aeronáutica monitorou políticos, partidos e organizações de esquerda nos governos de Sarney, Collor e do próprio Itamar. Disse que teve acesso aos mesmos documentos citados pelo jornal e que eles mostram que nenhum político foi monitorado pelas Forças Armadas.

Aposentadoria

Em março, o senador lamentou a divulgação, pela Diretoria-Geral do Senado, de informações sobre um pedido de suspensão de sua aposentadoria, sem esclarecer que o pedido partira dele próprio. Ainda em março, requereu informações ao ministro do Desenvolvimento, Fernando Pimentel, sobre as aplicações dos recursos do BNDES destinados, nos últimos oito anos, ao finan-

ciamento, socorro e participação acionária em empresas.

Na ocasião, Itamar informou ter proposto que o presidente do Tribunal de Contas da União (TCU) comparecesse ao Senado a cada três meses para apresentar um relatório de atividades (PLS 108/11). Quando a Comissão de Reforma Política aprovou novas datas para as posses de prefeitos, governadores e presidente, Itamar alertou para a possibilidade de problemas de ordem financeira e fiscal se um governante tomar posse, por exemplo, em 15 de janeiro, com o orçamento em vigor desde o dia 1º.

Em abril, o político mineiro comunicou ter apresentado projeto estabelecendo regras e medidas de segurança para a instalação de usinas nucleares no país (PLS 139/11). E, em maio, alertou para a falta no mercado do remédio metotrexato, para tratamento da artrite reumatoide.

"Honradez, dignidade e inteligência"

O presidente do Senado, José Sarney, divulgou no sábado nota de pesar pela morte do senador e ex-presidente da República Itamar Franco (PPS-MG), ocorrida em São Paulo. Veja a íntegra da nota:

É com grande consternação que recebi o falecimento do senador Itamar Franco, ex-presidente da República e figura das mais expressivas e importantes da história do Brasil, que atualmente ocupava uma cadeira de senador por Minas Gerais.

Itamar Franco é uma lenda do povo mineiro. Um dos maiores brasileiros do seu tempo, tendo exercido uma vida pública com dedicação total ao país, colocando suas qualidades de honradez, dignidade, inteligência e capacidade a serviço das grandes causas nacionais. Foi durante seu governo que o país encontrou sua estabilidade econômica com o Plano Real.

A Excelentíssima Senhora Presidente da República, Dilma Rousseff, comunicou ao Senado e à família Itamar Franco seu desejo de ver seu corpo velado no Palácio do Planalto como ex-presidente da República. Contudo, por desejo do ilustre morto, seu corpo seguirá para Juiz de Fora, onde será velado na Câmara Municipal. Posteriormente, será trasladado para Belo Horizonte, onde receberá honras fúnebres como ex-governador de Minas Gerais. Em seguida, seu corpo será cremado em cerimônia reservada à família.

Expresso ao povo mineiro, através do governador Antonio Anastasia, a minha solidariedade por essa perda.

Pessoalmente, devo acrescentar a essa dolorosa notícia o fato de ter perdido um grande amigo cuja convivência de muitas décadas criou um vínculo de afeição e admiração pela sua personalidade inconfundível e pela firmeza de suas convicções.

Apresento às suas filhas e a toda família e seus descendentes, em meu nome e da minha mulher, os meus votos de profundo pesar nesse momento de dor e de perda do estadista e do cidadão exemplar que ele foi.

Brasília, 2 de julho de 2011.

José Sarney

Presidente do Senado Federal

PMDB, PT, PSDB e DEM exaltam o legado do senador

PMDB, PT, PSDB e DEM emitiram notas oficiais em que lamentam a morte do ex-presidente Itamar Franco. O presidente do PMDB, senador Valdir Raupp (RO), lembrou que foi no então Movimento Democrático Brasileiro (MDB) que Itamar iniciou sua carreira política exercendo os cargos de prefeito de Juiz de Fora (MG) e senador da República, nas décadas de 1960 e 1970.

Além do Plano Real, a nota do PMDB destaca "outros legados" deixados por Itamar, como "a garantia da governabilidade e a estabilidade democrática conquistadas através de um governo de coalizão.

Já o presidente do PSDB, deputado Sérgio Guerra (PE), afirmou que "a biografia de Itamar Franco atesta a falta que ele vai fazer ao estado de Minas Gerais, ao Brasil e aos seus familiares". Para o

PSDB, o ex-presidente deixa "um exemplo de como se pode fazer política pensando no interesse público".

Líder do DEM, o senador Demóstenes Torres (GO) lembrou, em nota, que, no Senado, Itamar "contribuiu para o combate incessante ao totalitarismo, à marcha sobre o Congresso Nacional e ao mandonismo via Medidas Provisórias. No Palácio do Planalto, proporcionou ao Brasil a estabilidade de que o país desfruta ainda hoje na política e na economia".

O senador Humberto Costa (PE), líder do PT no Senado, disse que ele e toda a bancada do Partido dos Trabalhadores puderam aprender com a sua experiência e debater questões nacionais importantes com o senador, que "contribuiu muito para a consolidação da democracia no Brasil e é o grande pai do Plano Real".

Perrella, 1º suplente, deve assumir vaga

José Perrella de Oliveira Costa (PDT-MG), conhecido como Zezé Perrella, deve assumir, na condição de 1º suplente, a vaga de Itamar Franco no Senado.

Na carreira política, Perrella tem duas passagens pelo Poder Legislativo: foi deputado federal pelo PFL (1999-2003) e estadual pelo PDT (2006-2011). Em 2002, concorreu a

uma vaga no Senado por Minas Gerais e foi o quarto candidato mais votado.

Perrella nasceu em fevereiro de 1957, na cidade mineira de São Gonçalo do Pará.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney

1º vice-presidente: Marta Suplicy

2º vice-presidente: Wilson Santiago

1º secretário: Cícero Lucena

2º secretário: João Ribeiro*

3º secretário: João Vicente Claudino

4º secretário: Ciro Nogueira

Suplentes de secretário:

Gilvam Borges*, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Graziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Wilson Santiago • Paulo Paim

* Licenciados

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem:

Teresa Cardoso e Milena Galdino

Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira

Site: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Sylvio Guedes

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Miquéas D. de Moraes, Pedro Pincer e Silvio Burle

Reportagem: Cíntia Sasse

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal – E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 – Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar – Brasília, DF CEP: 70.165-920

Impresso em papel reciclado pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

Entra em vigor lei que reduz casos de prisão preventiva

A Lei 12.403/11, que entrou em vigor ontem, altera 32 artigos do Código de Processo Penal (Lei 3.689/41) e trata, principalmente, de prisão preventiva, fianças e liberdade provisória. Agora, o juiz conta com nove medidas cautelares a serem aplicadas, além da prisão preventiva, que só deve ser usada como última opção.

A lei foi aprovada em abril pela Câmara dos Deputados, que revisou substitutivo do Senado ao PLC 111/08, proposto pelo Executivo. A intenção é reduzir os custos do sistema penitenciário, uma vez que, a depender da decisão do juiz, muitas pessoas que estão presas hoje podem ser soltas e aguardar o julgamento em liberdade.

Pela nova lei, em casos de crimes leves (penas inferiores a quatro anos), a prisão preventiva somente deve ser adotada quando não puder ser substituída por outra medida cautelar, como o comparecimento periódico diante do juiz; a proibição de acesso ou frequência a certos lugares ou o contato com algumas pessoas; recolhimento domiciliar à noite e nos dias de folga; suspensão do exercício de

função pública ou de atividade de natureza econômica ou financeira; internação provisória do acusado nas hipóteses de crimes praticados com violência ou grave ameaça, quando os peritos concluírem ser inimputável ou semi-imputável e houver risco de reiteração; além de fiança, nas infrações que a admitem, e monitoração eletrônica.

O juiz também poderá substituir a prisão preventiva pela domiciliar quando o acusado

for maior de 80 anos, se estiver extremamente debilitado por doença grave, se for imprescindível aos cuidados de crianças com até seis anos ou de pessoa com deficiência, ou ainda

se for gestante de alto risco ou se estiver a partir do sétimo mês de gravidez.

As novas medidas não valem para crimes considerados graves, com pena acima de quatro anos, crimes hediondos, casos de reincidência de crime doloso, de descumprimento da medida cautelar imposta ou de violência doméstica e familiar contra mulher, criança, adolescente, idoso, enfermo ou pessoa com deficiência.

Objetivo principal da lei aprovada pelo Congresso é reduzir os custos do sistema penitenciário

Para Taques, mudança é "absurda"

O senador Pedro Taques (PDT-MT) criticou as mudanças no Código de Processo Penal contidas na Lei 12.430/11. Taques, que foi procurador da República, aponta falhas na nova legislação, que considera absurda por permitir, por exemplo, que acusados de crimes como formação de quadrilha e corrupção se livrem da prisão preventiva.

– Se melhorar o sistema prisional é libertar pessoas, então podemos melhorar de vez e soltar todo mundo. Esta lei possui falhas. Por exemplo: no crime de quadrilha ou bando, em que a pena mínima é de dois anos, o cidadão não vai mais ser preso. No crime de coação no curso do processo, o cidadão também não vai ser preso. É um absurdo – critica Pedro Taques.

Para o senador, é preciso rever a tipificação penal dos crimes e suas penas correspondentes. Ele pretende apresentar projeto de lei para aumentar a pena de crimes graves cujos autores seriam beneficiados pela nova legislação.

– Eu apresentei um projeto de lei para aumentar a pena da corrupção e fazer com que a corrupção seja um crime hediondo, porque corrupção mata. Ela mata as pessoas em razão de estradas superfaturadas onde ocorrem acidentes, ela mata pessoas na porta dos hospitais, ela mata o futuro de uma geração de brasileiros – afirmou o senador.

Paim: lei atende os que cometem pequenos delitos

Paulo Paim (PT-RS), presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), defende a Lei 12.403/11 porque, segundo o senador, representa "um grande passo para o atendimento das pessoas que cometem pequenos delitos".

A lei altera o Código de Processo Penal para reduzir as situações em que suspeitos podem ser presos preventivamente e, ao mesmo tempo, ampliar as opções para juízes imporem limites e obrigações aos acusados que respondem a processo em liberdade.

Um dos argumentos dos idealizadores da lei, proposta pelo Executivo em 2001, era justamente reduzir os custos do sistema penitenciário e esvaziar as prisões.

Para Paim, as mudanças introduzidas pela lei, aprovada no Senado em 2009 e pela Câmara dos Deputados em abril deste ano, evitarão que suspeitos sem antecedentes criminais sejam obrigados a dividir prisões com "profissionais do crime".

– O sistema prisional está falido. Sabemos que as cadeias são verdadeiras escolas de formação de bandidos, os cidadãos saem de lá profissionais do crime. Então é preciso encontrar penas alternativas para que essas pessoas possam se recuperar. Eu acho que a punição tem de ser dura. Eles não deixarão de ser condenados, mas precisam ser tratados de forma digna – argumentou Paim.

Comitiva de senadores e deputados, de secretários estaduais de Turismo e de ministérios reúne-se com autoridades do DF e visita obras para 2014 e 2016

Fórum das cidades-sede da Copa chega hoje a Brasília

BRÁSILIA SERÁ A sexta capital a receber parlamentares para o 2º Fórum Legislativo das Cidades-Sede da Copa do Mundo de 2014. Deputados e senadores se reúnem hoje com autoridades locais, a partir das 9h, no auditório da Câmara Legislativa do Distrito Federal, a fim de debater desafios, metas e elaborar estratégias para a realização do evento esportivo.

A programação inclui exposições de representantes do governo do Distrito Federal e dos ministérios do Esporte e do Turismo, além do deputado Jonas Donizette, presidente da Comissão de Turismo e Desporto da Câmara, e do senador Benedito de Lira (PP-AL), da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR).

À tarde, serão realizadas visitas às obras de preparação da Copa no Estádio Nacional de Brasília (o antigo Mané Garrincha) e no Aeroporto Internacional Juscelino Kubitschek.

A iniciativa é da Comissão de Turismo e Desporto da Câmara, e da CDR, com o apoio do Fórum Nacional dos Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo (Fornatur) e dos ministérios do Esporte e do Turismo.

O evento já aconteceu em cinco outras cidades: Fortaleza, Recife, Curitiba, Belo Horizonte e Manaus. Todas as 12 sedes da Copa 2014 serão visitadas pelas comissões.



O Mané Garrincha está sendo demolido para dar lugar ao Estádio Nacional de Brasília

PSDB vai propor convocação do ministro dos Transportes

Líder do PSDB no Senado, Alvaro Dias (PR) anunciou que seu partido vai solicitar uma audiência pública com o ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento, e o diretor-geral afastado do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), Luiz Antônio Pagot, para que eles prestem esclarecimentos sobre as denúncias de superfaturamento de obras envolvendo essa pasta.

O requerimento de audiência será apresentado à Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), cuja reunião deliberativa está prevista para esta quinta-feira.

De acordo com o PSDB, o requerimento prevê a convocação

do ministro Alfredo Nascimento e o convite ao diretor-geral do Dnit. A diferença é que a convocação torna a presença do ministro obrigatória, sob pena de crime de responsabilidade.

De acordo com a edição desta semana da revista *Veja*, existiria um esquema de corrupção no Ministério dos Transportes que envolve os projetos de obras em rodovias e ferrovias.

Após as denúncias, funcionários do alto escalão do ministério foram afastados – incluindo Luiz Antônio Pagot, do Dnit. Para Alvaro Dias, no entanto, o próprio ministro deveria se afastar durante o período de investigações.



Líder do PSDB, Alvaro Dias anuncia intenção de seu partido em entrevista coletiva

Regulamentação de taxista será votada pela CAS

A regulamentação da profissão de taxista está na pauta da reunião da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) de amanhã. Se aprovado, o projeto de lei (PLC 27/11) deverá seguir para sanção da presidente Dilma Rousseff.

Pela proposta, o taxista deverá ter habilitação para conduzir veículo automotor nas categorias B, C, D ou E, além de curso de relações humanas, direção defensiva, primeiros socorros, mecânica e elétrica básica de veículos, promovido por entidade reconhecida pelo respectivo órgão autorizativo, além de certificação específica para exercer a profissão.

De acordo com o projeto, serão quatro categorias de taxistas: autônomo, que trabalha por conta própria; empregado, aquele subordinado a uma empresa; auxiliar de condutor autônomo e, por último, locatário, que aluga veículo de propriedade de pessoa jurídica titular de autorização, regido por contrato de locação.

Para o relator da matéria na CAS, Eunício Oliveira (PMDB-CE), a regulamentação da profissão de taxista "não é só necessária, mas também muito merecida".

Atuação do escritório incumbido de coletar e repartir entre autores o dinheiro arrecadado vai ser investigada pelo Senado Federal

Debate sobre direitos autorais ganha força com criação de CPI do Ecad

O DEBATE SOBRE os direitos autorais no país pode ganhar novos contornos com a criação da Comissão Parlamentar de Inquérito do Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (Ecad), órgão responsável por coletar e repartir entre os autores os recursos provenientes dos direitos relativos às suas obras.

Os direitos autorais garantem ao autor a participação financeira e moral em vista da utilização da obra que criou. De acordo com o artigo 5º da Constituição federal, é de direito exclusivo do autor a utilização, a publicação e a reprodução das obras literárias, artísticas ou científicas por ele produzidas.

Os direitos de autor surgem a partir do momento em que a obra é criada, quando a manifestação da ideia acontece por meio de um corpo físico, passando a receber proteção legal. É o que ocorre com textos, livros, *softwares*, pinturas etc.

Para efeitos legais, os direitos autorais são divididos em direitos morais e patrimoniais. Os morais são "laços permanentes que unem o autor à sua criação intelectual, permitindo a defesa da sua própria personalidade", como define o Ecad. Já os patrimoniais são os que dizem respeito à utilização econômica da obra intelectual, por qualquer processo.

Com a Lei 10.695/03, os crimes de violação de direito de autor com intuito de lucro, ainda que indireto, deixou de ser considerado de menor potencial ofensivo e a pena estabelecida foi de reclusão de dois a quatro anos, multa e apreensão dos bens ilicitamente produzidos.



Chiquinha Gonzaga, compositora de clássicos da música popular brasileira, como *Ô Abre Alas*, foi pioneira na luta pelos direitos autorais no Brasil. A maestrina foi uma das fundadoras da Sociedade Brasileira de Direitos Autorais, em 1917

Comissão define plano de trabalho

Instalada no dia 28 de junho, a comissão parlamentar de inquérito (CPI) que vai investigar denúncias de irregularidades no Ecad deverá definir o seu plano de trabalho hoje, às 14h. A CPI, que é a segunda a ser instalada no governo Dilma Rousseff, é presidida pelo autor do requerimento de sua criação, senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), e tem como relator Lindbergh Farias (PT-RJ).

Além de supostas irregularidades no que diz respeito ao sistema de arrecadação e distribuição dos direitos autorais, serão investigados pelo colegiado possíveis abusos da ordem econômica, prática de cartel no arbitramento dos valores de direito autoral e supostas alterações na Lei do Direito Autoral.

Na justificativa do requerimento, Randolfe Rodrigues afirma que "cabe ao Senado contribuir para a apuração dos desvios denunciados e a aprovação de regras que assegurem a correta arrecadação e distribuição dos direitos autorais pelo Ecad".

Conforme a proposta de plano de trabalho da CPI, composta por 11 titulares e seis suplentes, a investigação vai abranger o período de janeiro de 2001 até a data do requerimento de criação do colegiado. O relatório final da CPI será apresentado na última semana de outubro, depois da realização de oito audiências públicas e diligências em São Paulo, Macapá, Rio de Janeiro e Salvador.

Como o Ecad arrecada os valores a serem pagos

O Ecad calcula os valores que devem ser pagos pelos usuários de música de acordo com os critérios do Regulamento de Arrecadação desenvolvido pelos próprios titulares, por meio de suas associações musicais.

O regulamento classifica o nível de importância da música para a atividade ou estabelecimento, como indispensável, necessária ou secundária. Considera ainda a periodicidade da utilização (se permanente ou eventual) e se a apresentação é feita por música mecânica ou ao vivo, com ou sem dança.

O valor a ser pago é calculado de acordo com o evento (realizado a partir das informações fornecidas pelo promotor) e a forma de cobrança é determinada em função do parâmetro físico ou de percentual incidente sobre a receita bruta.

TIPOS DE USUÁRIOS

- ▶ **Permanentes:** São os usuários que, num mesmo local de que sejam proprietários, arrendatários ou empresários, tiverem efetuado no mínimo oito espetáculos ou audições musicais por mês durante dez meses em cada ano civil
- ▶ **Eventuais:** São aqueles usuários que não se enquadram no item anterior, ou seja, que utilizam a música eventualmente
- ▶ **Usuários gerais:** Academias de ginástica, cinemas, boates, lojas comerciais, bares, restaurantes, hotéis, supermercados, *shopping centers*, clínicas, etc.
- ▶ **Show e eventos:** Promotores de eventos e audições públicas, casas de espetáculos com *shows* eventuais, eventos gerais como festas juninas, Carnaval, *réveillon*, etc.
- ▶ **Rádio e TV:** Emissoras de rádio e TV, incluindo as de sinal aberto, por assinatura, rádios *web*, rádios comunitárias, etc.

COMO PROCEDER

- ▶ O pagamento da retribuição autoral deve ser efetuado **previamente**.
- ▶ O usuário fica obrigado a fornecer os meios adequados para que se verifique a **veracidade** das informações que servirão de base para o cálculo do pagamento, bem como os dados para a distribuição dos direitos.
- ▶ Todos os pagamentos são realizados por **rede bancária**. Ao Ecad não é permitido, por lei, aceitar valores em espécie ou de qualquer outra forma, através de seus funcionários e/ou agências autônomas terceirizadas.
- ▶ Para desempenhar suas funções, os funcionários e as agências autônomas terceirizadas possuem **credenciais** de identificação que devem sempre ser apresentadas aos usuários de música, durante o exercício de suas atividades.
- ▶ Quando um evento contemplar obras em domínio público e obras protegidas, o cálculo dos direitos autorais será **proporcional** e considerará apenas as obras protegidas.
- ▶ Os ingressos **cortesias** ficam limitados a 10% do total de ingressos vendidos. Sobre o número de ingressos que exceder essa cota, os direitos autorais serão cobrados da seguinte forma: total da bilheteria dividido pela quantidade de ingressos vendidos; a partir daí resultará o valor médio, que deverá ser multiplicado pela quantidade de cortesias excedentes.
- ▶ No caso de *shows* e eventos realizados por **entidades beneficentes**, os preços do Regulamento de Arrecadação sofrerão uma redução de até 25%, desde que seja apresentada toda a documentação necessária.
- ▶ Quando a execução for exclusivamente **ao vivo**, os valores da tabela de preços sofrerão uma redução de um terço, seja pelo critério de cobrança por participação percentual, seja por parâmetro físico. Isto ocorre porque, se a execução é ao vivo, inexistem os direitos conexos a serem remunerados, já que não há execução de fonograma.

Saiba mais

Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (Ecad)
www.ecad.org.br

Associação Brasileira de Direitos Reprográficos
www.abdr.org.br

Página dos direitos autorais do Ministério da Cultura
<http://migre.me/5aQZf>



CONFIRA A ÍNTEGRA DO ESPECIAL CIDADANIA EM WWW.SENADO.GOV.BR/JORNAL

Assunto é tratado legalmente desde a Constituição de 1891

O direito autoral no Brasil foi reconhecido a partir da Constituição de 1891. As cartas magnas de 1934, 1946 e 1967 também trataram do assunto, mas a necessidade de regulamentação só ficou explícita na Emenda Constitucional 1/69, que determinou: "aos autores de obras literárias, artísticas e científicas pertence o direito exclusivo de utilizá-los. Esse direito é transmissível por herança, pelo tempo que a lei fixar".

As sociedades de defesa dos direitos autorais surgiram no início do século 20, com o objetivo de defender os direitos de execução pública de obras de seus associados. A primeira foi a Sociedade Brasileira de Autores Teatrais, fundada em 1917,

e que, pouco depois, permitiu também a filiação de compositores musicais. Logo surgiram outras entidades com o mesmo fim, gerando um problema: o pagamento a uma associação pela utilização de uma obra não impedia outra entidade de executar nova cobrança, já que, muitas vezes uma música era composta por dois autores filiados a associações diferentes.

Com a promulgação da primeira Lei de Direitos Autorais (Lei 5.988/73), surgiu o Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (Ecad), administrado pelas associações de titulares, que passou a arrecadar e distribuir os direitos autorais, e a se responsabilizar pela documentação necessária.

Lei prevê figuras como autor versionista ou adaptador

Para entender melhor a complexa questão do direito autoral, é importante destacar também o funcionamento desse mecanismo no mercado musical. Pela lei, o autor é considerado "pessoa física criadora", que, no caso específico da música, pode ser o autor ou o compositor. Eles podem autorizar que seja feita uma versão da sua obra, nascendo aí a figura do autor-versionista. A versão caracteriza-se por ser uma nova obra, derivada da original já existente. No entanto, o autor original, no momento da distribuição de valores, também recebe um percentual. Existe também a figura do autor-adaptador que é quem

faz adaptação sobre obra em domínio público e recebe os valores distribuídos e relativos à adaptação que criou. Dentro do ramo dos direitos autorais, há ainda as editoras musicais, que não são caracterizadas como autoras, mas exercem a titularidade dos direitos dos autores que representam em razão de contratos de edição ou cessão de direitos.

Os direitos conexos são os direitos reconhecidos a algumas categorias que auxiliam na criação, produção ou difusão da obra intelectual. Entre os titulares conexos estão os intérpretes, músicos acompanhantes, produtores fonográficos e as empresas de radiodifusão.